

JORNAL DE BRASÍLIA *Assemb.*

27 AGO 1986

Mulher na Constituinte

Sem a participação das chamadas minorias no processo de discussão e elaboração da nova Constituição, ela não poderá ser representativa de todos os setores da sociedade e estará fadada a ter vida curta, como tantas outras que tivemos ao longo de nossa história. Em regimes democráticos, como pretende ser o da Nova República, o espaço às minorias deve ser assegurado.

Em Brasília se realiza um congresso de mulheres em que o tema essencial é a Mulher e a Constituição. Não se trata, a não ser num sentido simbólico, de uma discussão de uma minoria. Ao contrário, as mulheres são maioria da população e também do eleitorado. Entretanto, se examinarmos os resultados das convenções partidárias, é evidente que as mulheres politicamente são minoritárias. São poucas as candidatas e a maioria delas com chances reduzidas de êxito eleitoral. Têm, portanto, o direito e o dever de se mobilizar fora das instituições partidárias para procurar influenciar o processo de elaboração da nova Constituição.

A posição minoritária das mulheres na vida política brasileira não acontece por mero acaso. Ela decorre diretamente da situação do chamado «sexo fraco» na sociedade. Minoritárias na força de trabalho, inferiorizadas sob o ponto de vista de salários e de perspectivas de carreira, participando do poder social de forma limitada e

mesmo assim por canais limitados ^{na} que lhes são reservados, as mulheres não poderiam ter assumido seu verdadeiro papel na vida política do País.

A figura da dona-de-casa que nos bastidores desenvolve um influência decisiva já não é satisfatória para a maioria das mulheres. Elas querem participar em condições de igualdade com os homens, na definição do futuro do País. Não se trata nem mesmo de participarem de forma restrita, de reivindicarem seu papel na sociedade. É mais do que isto, é o direito à plena cidadania, colocado em primeiro plano. É o direito de resolver, lado a lado com seus irmãos e companheiros, os caminhos que a sociedade deve trilhar.

A realização de um congresso de mulheres para discutir a futura Constituição é da máxima importância e deve ser destacado na vida política. Quando uma «minoria» se mobiliza são os seus elementos mais ativos que se manifestam. Geralmente estes elementos têm posições, muito compreensivelmente, mais radicais que a maioria da categoria que procuram introduzir no cenário político ou social. Com frequência estas posições são sintomas de evoluções a serem registradas num futuro próximo.

A Mulher e a Constituinte é um tema que não pode ser considerado secundário, mas colocado como marco de uma conquista necessária.